



CARTA DE REPÚDIO

ONGs lançam manifesto contra texto

Carta assinada por ícones do ambientalismo e do desenvolvimento sustentável rejeita documento final da Rio+20 negociado pelo Brasil

Herton Escobar

ENVIADO ESPECIAL / RIO

Organizações não governamentais (ONGs) que participam da Rio+20 divulgaram ontem uma carta de repúdio aos resultados da conferência, assinada por ícones do ambientalismo e do desenvolvimento sustentável. Entre eles, o cientista americano Thomas Lovejoy, a ativista indiana Vandana Shiva, o economista francês Ignacy Sachs, a ex-ministra brasileira Marina Silva, o físico José Goldemberg. Até o início da noite de ontem, eram quase 50 signatários, e a carta continuava aberta para adesões.

“A Rio+20 passará para a história como uma conferência da ONU que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos adquiridos”, diz a carta, de cinco parágrafos, intitulada A Rio+20 que não Queremos (*leia a íntegra da declaração abaixo*).

A crítica refere-se ao texto que deverá ser aprovado hoje na plenária final da conferência, de 283 parágrafos, intitulado O Futuro que Queremos. Negociado por diplomatas e fechado na terça-feira, após uma sequência de vários dias de negociação, ele será o principal legado da Rio+20 – avaliado como “histórico” pelo governo brasileiro e pela ONU, e como “fraco e muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio-92” pelas lideranças que assinam a carta de repúdio.

“Não esperávamos nada muito melhor do que isso, mas também não esperávamos que fossem vender algo que é um lixo



FELIPE DANA/AP

Na véspera do fim do evento, poema em praia carioca

Homem escreve mensagem em cartaz chamado Grande Poema. A peça, que tem 150 metros de comprimento, foi estendida no calçadão da Praia de Copacabana, no

Rio de Janeiro. Ao longo da Rio+20, que começou no dia 13, ambientalistas, organizações não governamentais (ONGs) e a população em geral realizaram uma

série de manifestações para chamar a atenção em favor da preservação do meio ambiente. A cidade também foi palco de protestos contrários aos resultados obtidos

na conferência. ONGs e ativistas ambientais consideram que os chefes de Estado e de governo deveriam ter trabalhado por um documento mais forte.

como um sucesso total”, disse Wael Hmaidan, da organização Climate Action Network. “Alguém tinha de dizer a verdade.”

Anteontem, no primeiro dia da sessão de alta cúpula da conferência, em um discurso lido por ele, representantes de ONGs chegaram a pedir que a expressão “com plena participação da sociedade civil” fosse removida

do parágrafo introdutório do documento oficial – algo que dificilmente ocorrerá. O texto da decisão é considerado fraco por não trazer nenhum comprometimento imediato com metas ou ações concretas de desenvolvimento sustentável.

Colapso. “De fato é um momento histórico”, disse a ativista ca-

nadense Severn Suzuki, que na conferência de 1992, aos 12 anos, fez um discurso memorável ao chefes de Estado. “Esse documento será lembrado como prova do colapso da estrutura de governança global.”

Severn também assina a carta, que foi lida ontem em uma reunião bagunçada e emotiva, convocada às pressas, no pavilhão

das ONGs no Riocentro. “Passei os últimos 20 anos trabalhando de boa-fé, achando que minha voz fazia alguma diferença, que nossos líderes eleitos democraticamente tinham a capacidade de mudar o mundo”, lamentou Severn, hoje com 32 anos.

A declaração seria entregue hoje ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon. “Infelizmente a

Rio+20 está se transformando na Rio-20”, disse o diretor executivo do Greenpeace Internacional, Kumi Naidoo. “Fico imaginando em que planeta esses negociadores vivem”, disse Camila Toulmin, diretora do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Segundo Hmaidan, alguns diplomatas acusaram as ONGs de não serem “pragmáticas” em relação à crise econômica, que teria impedido países desenvolvidos de assumir compromissos mais ambiciosos. Para ele, porém, a crise é uma desculpa que “não cola”, já que vários países continuam a subsidiar a indústria petrolífera e outras atividades poluentes. “Se eles quisessem fazer mais, poderiam”, disse Hmaidan ao **Estado**. “Bastaria parar de subsidiar empresas petrolíferas e usar esse dinheiro para subsidiar o desenvolvimento da economia verde.”

O documento da Rio+20 recomenda uma redução gradativa dos subsídios a combustíveis fósseis, mas não estipula obrigação ou prazo para que isso aconteça.

‘A RIO+20 QUE NÃO QUEREMOS’

O futuro que queremos não passa pelo documento que carrega este nome, resultante do processo de negociação da Rio+20.

O futuro que queremos tem compromisso e ação – e não só promessas. Tem a urgência necessária para reverter as crises social, ambiental e econômica e

não postergação. Tem cooperação e sintonia com a sociedade e seus anseios – e não apenas as cômodas posições de governos.

Nada disso se encontra nos 283 parágrafos do documento oficial que deverá ser o legado desta conferência. O documento intitulado *O Futuro que Queremos* é fraco e está muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio-92. Está muito aquém, ainda, da importância e da urgência dos

temas abordados, pois simplesmente lançar uma frágil e genérica agenda de futuras negociações não assegura resultados concretos.

A Rio+20 passará para a história como uma conferência da ONU que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos ad-

quiridos.

Por tudo isso, registramos nossa profunda decepção com os chefes de Estado, pois foi sob suas ordens e orientações que trabalharam os negociadores – e esclarecemos que a sociedade civil não compactua nem subcreve esse documento.

Signatários:

Ashok Khosla, Bill McKibben, Brittany Trifold, Camilla Toulmin, Carlos Alberto Ricardo, Carlos Eduardo Young, Davi

Kopenawa Yanomami, Fabio Feldmann, Ignacy Sachs, Jim Leape, José Eli da Veiga, José Goldemberg, Juan Carlos Jintiaich, Kumi Naidoo, Luis Flores, Marcelo Furtado, Marina Silva, Mathis Wackernagel, Megaron Txucarramãe, Mohamed El-Ashry, Oded Grajew, Peter May, Raoni Metuktire, Ricardo Abramovay, Ricardo Young, Roberto Klabin, Sergio Mindlin, Severn Suzuki, Thomas Lovejoy, Vandana Shiva, William Rees e Yolanda Kakabadse.

‘Governo tem de incorporar biodiversidade’, afirma Dias

RIO

A conservação da biodiversidade é um elemento essencial do desenvolvimento sustentável que precisa ser considerado nas políticas de todas as áreas de governo, e não apenas nas do meio ambiente. “O grande desafio é como incorporar a biodiversidade nas nossas economias”, disse o biólogo brasileiro Bráulio Dias,

ex-secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e atual secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas, que participou ontem de eventos na Rio+20.

“Só os instrumentos dos ministérios ambientais não são suficientes para atingir as metas”, completou Dias, referindo-se às chamadas Metas de Aichi. São

20 no total, a serem cumpridas até 2020, incluindo reduzir ao menos pela metade o ritmo global de desmatamento e garantir da proteção de no mínimo 10% dos ecossistemas marinhos e costeiros do mundo, por meio da criação de novas unidades de conservação.

As metas foram acordadas no Japão em 2010, na última Conferência das Partes (COP) da CDB, que foi uma das três convenções criadas na Rio-92, com a Convenção sobre Mudança do Clima e a de Combate à Desertificação. “Não podemos desmover a segurança alimentar nem nos

adaptar às mudanças climáticas sem biodiversidade”, disse Dias.

Ele lamentou o fato do documento final da Rio+20 não garantir a criação de um tratado para conservação da biodiversidade em águas internacionais – um tema extremamente polêmico, por questões econômicas e geopolíticas, que já foi debatido também dentro da CDB. “É uma questão em aberto que precisa ser resolvida”, disse.

Recursos genéticos. Outro resultado da conferência no Japão foi o Protocolo de Nagoya, que estabelece regras internacionais

de acesso e repartição de benefícios oriundos dos recursos genéticos da biodiversidade. Outro tema “espinhoso”, no qual se insere uma série de interesses econômicos e disputas de propriedade intelectual entre países, empresas e comunidades tradicionais, especialmente relacionados às indústrias de cosméticos e farmacêutica.

Mais de 90 nações-membro da CDB assinaram o protocolo, mas apenas cinco concluíram o processo de ratificação, que requer aprovação do poder Legislativo de cada país individualmente (México, Ruanda, Ilhas Seiche-

les, Gabão e Jordânia). São necessárias 50 para que o protocolo entre em vigor. A expectativa é que isso ocorra em 2013.

O Brasil, um dos maiores protagonistas nas negociações que levaram à aprovação do acordo no Japão, só enviou o protocolo ao Congresso para ratificação dias antes do início da Rio+20. A submissão, segundo apurou o **Estado**, foi atrasada por questões políticas. O governo não queria que a ratificação virasse “moeda de troca” nas negociações do novo Código Florestal. O protocolo só terá força de lei nos países em que for ratificado. **/J.H.E.**

*** Análise: Roberto Smeraldi**

Fórum que junta de banqueiro a ongueiro dá aula de concisão

“Descontinuar subsídios aos fósseis, desenvolver tributação verde.” Simples assim. As medidas não são trechos da declaração oficial da Rio+20, mas as principais recomendações econômicas escolhidas por cem notáveis e apresentadas ho-

je aos chefes de governo, em seis minutos. A iniciativa – denominada Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável – partiu do governo brasileiro, em parceria com a ONU: durante um mês, alguns milhares de especialistas votaram sobre cem recomendações e o Grupo dos Cem escolheu 30 entre elas.

A diversidade do grupo sugeria que o consenso, ali, seria mais improvável do que a composição entre diplomatas: junto a representante global dos sindicatos, Sharan Burrow, com Peter Bakker, do conselho que reúne as principais multinacionais; o vice-presidente do Deutsche Bank Caio Koch-Weser com o prêmio Nobel Muhammed Yunus, o banqueiro dos pobres; ex-líderes de países como Noruega (Gro Brundtland) e Moçambique (Luís Diogo). Entre brasileiros, o presidente da Raizen (joint venture de Cosan e Shell) Vasco Dias com a

secretária da Contag Carmen Foro.

Eu relutava diante de um processo que podia resultar em mais um festival da conversa. Mas, em três singelas páginas, está lá o essencial para promover a economia verde, que não consta na bizantina declaração oficial – em linguagem e formato compreensíveis pelo público de jornais e internet.

Podemos questionar porque umas e não outras prioridades, mas esse documento tem foco: permite discordar, defender alternativas para o futuro, ao contrário do oficial, que gasta 49 páginas para mandar a bola de volta para a Assembleia-Geral da ONU decidir aquilo que ela mesma havia pedido à Rio+20 decidir. Quando os Diálogos pedem para internalizar nas contas públicas o dano ambiental ou políticas de compras públicas seletivas ou para tratar florestas à luz do tríplice desafio de conservar, usar e restaurar (com metas), evidenciam aque-

la que talvez se torne a principal diferença entre Eco-92 e Rio+20. Antes, a distância era entre o que governos negociavam e o que sonhavam ambientalistas visionários. Hoje, os governos parecem em dificuldade para atender aos anseios de ampla parcela do conjunto da sociedade.

Na conferência, a presidente do Brasil confirmou essa defasagem, ao abordar as dimensões econômica, social e ambiental com bordões típicos do século passado: “crescer, incluir e proteger”. O recado do documento dos *Diálogos* sugere atualizar essa visão para algo que poderia se resumir em desenvolver, distribuir e manejar.

*** JORNALISTA E DIRETOR DA OSCIP AMIGOS DA TERRA – AMAZÔNIA BRASILEIRA. PRESIDIU O COMITÊ INTERNACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA ECO-92**